

EDITAL

Sérgio Rui Lopes Cintra, Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, Concelho de Lisboa, de acordo com os n.ºs 2 e 3 do art.º 12 da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro e dos n.ºs 2 e 3 do art.º 10.º do Regimento, convoco V. Exa. para a **Sessão Extraordinária** da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, a iniciar no **dia 25 de Março de 2019, pelas 18:00 horas**, nas instalações da Junta na Rua da Prata, 59 – 1.º, com a seguinte:

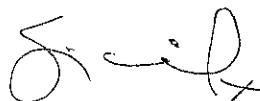
ORDEM DE TRABALHOS

- 1 - Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato Interadministrativo de Cooperação, para otimização das Infraestruturas e Recursos ao nível da Higiene Urbana.
- 2 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, no âmbito de Espaço Público e Equipamentos Urbanos.
- 3 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, para promover o Desenvolvimento de Programas Específicos.
- 4 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, para promover a manutenção e regeneração do Pátio de Dom Fradique.

Para constar este e idênticos editais vão ser afixados nos lugares de estilo e postos de atendimento da freguesia.

Lisboa, 15 de Março de 2019

O Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior



Sérgio Rui Lopes Cintra

Sede: Rua dos Fanqueiros, 170 – 178 1100-232 Lisboa

Tel: 210 416 300

Fax: 218 870 366

Email: geral@jfsantamariamaior.pt

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR

CONCELHO DE LISBOA

ATA EM MINUTA

Nos termos do disposto no nº 3 do Artº 57º da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, e de acordo com o n.º 4 do Artº 23 do Regimento, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, concelho de Lisboa, reunida em Sessão Extraordinária no dia 25 de Março de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, deliberou aprovar as propostas constantes da Ordem de Trabalhos a seguir discriminadas:

1 - Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato Interadministrativo de Cooperação, para otimização das Infraestruturas e Recursos ao nível da Higiene Urbana.

Aprovada por MAIORIA com a seguinte votação: 11 votos a favor, 2 votos contra e 0 abstenções.

2 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, no âmbito de Espaço Público e Equipamentos Urbanos.

Aprovada por MAIORIA com a seguinte votação: 11 votos a favor, 2 votos contra e 0 abstenções.

3 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, para promover o Desenvolvimento de Programas Específicos.

Aprovada por UNANIMIDADE com a seguinte votação: 13 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

4 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, para promover a manutenção e regeneração do Pátio de Dom Fradique.

Aprovada por MAIORIA com a seguinte votação: 11 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.

Lisboa, 25 de Março de 2019

O PRESIDENTE DA MESA


Sérgio Rui Lopes Cintra

O Funcionário que lavrou a ata


Fátima Ferraz

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZANOVE -----

----- **ATA NÚMERO CATORZE** -----

----- (Mandato 2017-2021)-----

----- Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezanove reuniu nas instalações da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, sitas na Rua da Prata, número cinquenta e nove, primeiro andar, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária, Maria Filomena Dias Moreira Lobo, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Zulmira Guterres dos Santos, Maria João Areal Rothes Marques Vicente, Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, Maria Cristina de Jesus Correia de Aboim Pais e Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro. -----

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeira Ferreira Duarte. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Mafalda Sofia dos Santos Domingues. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Tiago Alexandre Vales da Gama e Silva. -----

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Jorge Manuel Madrugo Garcia. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Bruno Filipe Barbosa Paulo, que justificou a sua ausência e foi substituído por Cláudia Vieira. -----

----- Manuel Jorge Mayer de Almeida Ribeiro, que justificou a sua ausência e foi substituído por Tiago Gama e Silva. -----

----- Fábio Filipe Varela Salgado, que justificou a sua ausência e foi substituído por Mafalda Domingues. -----

----- Às dezoito horas e cinco minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato Interadministrativo de Cooperação, para otimização das Infraestruturas e Recursos ao nível da Higiene Urbana;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que, com a concordância de todos, faria uma única intervenção para explicar todas as propostas da ordem de trabalhos. -----

----- Como poderiam verificar, a primeira proposta era para autorização de um contrato interadministrativo de cooperação para a dimensão de infraestruturas ao nível da higiene urbana. -----

----- Isso tinha a ver com uma velha luta, em particular da Freguesia de Santa Maria Maior e de si próprio mas também de outras freguesias, para que parte da receita da taxa turística fosse consignada às freguesias para fazerem frente aos impactos que a carga turística tinha sobre o território. -----

----- A Câmara tinha proposto a entrega dessa verba mediante os contratos interadministrativos. Leram, aceitaram e estavam a preparar para responder a esse desafio

que significava um acentuado acréscimo de verba para essa área e um maior nível de responsabilidade. Esperava que também um maior nível de eficácia na resposta.-----

----- A segunda proposta era um contrato de delegação de competências também na área da higiene urbana e tinha a ver com a recolha do lixo que erradamente era depositado pelos concidadãos e não só, também pelos turistas, à volta dos ecopontos. A Câmara chegara à conclusão que a Junta podia fazer isso de forma muito mais eficaz. Aliás, já tinha vindo a fazer, a Junta tinha três carros que durante o dia andavam a recolher o lixo e a Câmara pedia uma particular atenção em relação ao lixo depositado nos ecopontos. -

----- Isso implicava uma determinada verba, mais modesta do que a anterior mas perfeitamente compatível com aquilo que podiam incrementar, de 100 mil euros. A Junta estava disponível para aceitar essa delegação de competências. -----

----- A terceira proposta para celebração de contrato de delegação de competências era também uma verba elevada, à volta de um milhão de euros que permitiriam intervir em vários programas que interessavam. -----

----- Um programa respeitava ao “Bairro 100% Seguro”. Isso não estava virado para as questões securitárias mas sim para as questões da mobilidade pedonal e da segurança das pessoas nesse aspeto. Outro era “Escola 100% Segura”, para reforçar os níveis de intervenção junto do espaço público à volta das escolas. Outro para equipamentos desportivos e também uma verba para projetos especiais na área dos direitos sociais. --

----- Uma quarta proposta, essa muito mais específica, era encontrar uma forma da Câmara começar a pagar algo que já faziam, que era a manutenção do espaço do Pátio Dom Fradique em termos do mato que crescia, limpeza no interior do pátio. Era uma verba menos significativa mas que pagava os custos que a Junta tivera até aí com a limpeza desse espaço. -----

----- A soma dessas verbas equivalia a cerca de dois milhões e meio de euros, o que naturalmente teria um impacto muito positivo no incremento dos serviços da Junta no espaço público. -----

----- O que solicitava à Assembleia era que aprovasse as propostas que estavam em cima da mesa. -----

----- **Membro Carlos Dias Torres (PS)** começou por elogiar o papel que o Executivo e a Câmara tiveram nessa passagem de competências. Ela acontecia porque havia um esforço do Executivo para acompanhar os problemas do cidadão, principalmente os problemas relacionados com a higiene urbana. -----

----- Claramente a Câmara Municipal de Lisboa assumia que a Junta de Freguesia tinha melhor capacidade para dar resposta aos problemas do cidadão, principalmente no esforço necessário e sazonal na recolha dos resíduos urbanos deixados graças à atividade turística, que tinha um grande impacto na Freguesia. Era também graças à exposição e ao papel de diálogo desenvolvido pela Freguesia. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que tinha uma opinião diferente em relação a essa proposta. Entendia que a higiene urbana, sendo um setor tão importante na cidade e que vinha estando numa situação inaceitável, era uma área que devia voltar para as mãos da Câmara, que deveria ter as competências nessa área. -----

----- Faltava o relatório operacional no anexo A, que não existia nos documentos entregues à Assembleia. -----

----- Em visita que nessa semana os eleitos da CDU fizeram aos postos de limpeza de Santa Maria Maior voltaram a ver que por exemplo o posto de limpeza de Sapadores continuava a não ter condições nenhuma para as pessoas trabalharem e terem lá os seus

equipamentos. Outra coisa que se detetara tinha sido a falta de espaços para as viaturas da Junta, para os equipamentos de funcionamento para a limpeza. -----

----- Ia mais dinheiro para a Junta, cerca de dois milhões de euros para essa área. Perguntou como iria a Junta continuar a ter falta de espaço e a pôr as máquinas e viaturas em vários sítios fora da Freguesia ou nos limítrofes da Freguesia. -----

----- As condições para os trabalhadores tinham algumas melhorias mas não as suficientes. Na verdade aquele espaço também não tinha hipótese de fazer mais melhorias, precisava era de ter um posto novo num espaço dentro ou perto da Freguesia e construído de raiz, com todas as condições para que os trabalhadores pudessem trabalhar com vontade. ---

----- O protocolo não ia melhorar nada, antes pelo contrário. Levava dinheiro para a Junta mas continuavam a ter os mesmos problemas. Portanto, da sua parte não aprovaria esse programa para a Junta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação **Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato Interadministrativo de Cooperação, para otimização das Infraestruturas e Recursos ao nível da Higiene Urbana**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, BE, PSD e CDS-PP) e dois votos contra (PCP e PEV).

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 2 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, no âmbito de Espaço Público e Equipamentos Urbanos;** -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que mais uma vez se dizia fazer parte integrante os documentos identificados como anexos mas os anexos não apareciam. Tinha que haver mais atenção a essas questões, se diziam haver anexos eles tinham que ir para a Assembleia de Freguesia. -----

----- Esse contrato ia responsabilizar a Junta pela limpeza dos lixos depositados nos ecopontos e a pergunta que fazia era se também incluía a limpeza dos caixotes colocados naquelas estruturas espalhadas pelo Bairro de Alfama.-----

----- Perguntou também como seria a locação de trabalhadores nesse serviço, se seria feito pelos trabalhadores do quadro, se seriam contratados novos trabalhadores e se com vínculo efetivo ou precário. -----

----- Os monos não faziam parte dessa proposta. Perguntou o que a Junta tinha a dizer em relação a isso. -----

----- Na sua opinião era mais um que ia contribuir para a precariedade na higiene urbana. Onde existiam mais trabalhadores precários nas Juntas de Freguesia era na área da higiene urbana. -----

----- No fim de contas era desresponsabilizar a Câmara, remetendo para as Juntas o problema da limpeza. Era uma área estrutural que deveria ser da responsabilidade da Câmara Municipal e não das Juntas de Freguesia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não tinham que estar sempre de acordo, havia uma posição de fundo que respeitava mas que não era nova, o PCP era contra essa descentralização em concreto da higiene urbana e o PS era a favor. A Freguesia tinha beneficiado muito com essa descentralização. -----

----- Se não tivessem a competência em matéria de higiene urbana, tinha a absoluta convicção de que a situação no território seria caótica. Era por terem competência nessa matéria que podiam determinar onde varriam com maior intensidade e onde lavavam com

maior intensidade. Sobretudo conseguiam entrar também em áreas de competência da Câmara e que a Câmara fazia mal. Não recolhia lixo durante o dia e a Junta começara a recolher durante o dia, por opção política, e a entregar nos depósitos da Câmara. -----

----- O que se passava não era uma incapacidade da Junta, passava-se que estavam dimensionados para servir determinado nível de população e atualmente havia uma carga populacional muito maior, sobretudo por causa dos visitantes, e os recursos não davam para mais. Era por isso muito positivo terem recursos para voltar a comprar mais carros, para carregar lixo, porventura fazer uma reorganização do trabalho das pessoas, ter mais verba para incrementar o nível de horas extraordinárias a mais trabalhadores. Se tivessem que contratar iriam contratar. -----

----- Falava com o à vontade de quem, sendo Presidente da Junta, conseguira meter nos quadros da Junta de Freguesia 97 pessoas. Não eram todos da higiene urbana. Alguns não entraram porque estavam num programa de reabilitação e inserção social e não tinham ainda condições para entrar. Tinha grande expectativa que muitos deles em dois anos pudessem vir a entrar. -----

----- Respeitava a posição de que devia estar tudo com a Câmara, não dizia que não funcionasse, mas até tendia a pensar de uma maneira diferente. Tivessem recursos suficientes e devia era estar tudo com a Junta e nada com a Câmara em matéria de higiene urbana, até a recolha do lixo. -----

----- Uma coisa que era verdade, não tinham posto da higiene urbana decente. O que a Câmara tinha dado num dia tirara seis meses depois. Havia um compromisso da Câmara que iria construir esse posto de raiz na zona da Boavista e estava-se à espera que o fizessem. -----

----- Tinham dificuldades logísticas, carros num lado e carros no outro. Quando tivessem o posto isso seria até mais fácil, mas não invalidava que estivessem em condições de dar conta do recado e ainda mais com esse acréscimo de condições que teriam para poderem funcionar. -----

----- Até aí criticava-se muito que queriam dar competências mas não davam o dinheiro e os meios, agora queriam dar as competências, o dinheiro e os meios. Portanto, era um passo positivo, algo que deviam aproveitar para melhorar e incrementar os níveis de serviço. -----

----- Respeitava democraticamente e com todo o fair-play, não pensava ser o detentor da verdade absoluta. Era uma visão que respeitava mas entendia que com outra visão as coisas estavam a funcionar. Se havia entropias entretanto era porque de repente se tinha alterado o paradigma. -----

----- Tinham sido dimensionados para uma Freguesia de 14 mil pessoas no território e uma carga demográfica determinada e de repente tinham um paradoxo, um cálculo de 250 mil visitantes por dia. Não eram só turistas, eram as pessoas que atravessavam, tudo isso fazia lixo. -----

----- O comércio, que era muito importante, responsável por muita empregabilidade, também fazia aumento dos seus níveis de lixo. -----

----- O que se estava a dizer era que iriam enfrentar o problema e procurar responder. Havia uma grande sintonia nesse sentido das preocupações e das dificuldades e também de trabalho entre a Junta e a Câmara. -----

----- Se havia algo de que se orgulhava também era que, não obstante reconhecer que certamente havia dificuldades em relação aos trabalhadores, tinha dos trabalhadores as maiores manifestações de simpatia e de apreço por aquilo que estava ali a ser feito. Os

trabalhadores da Junta de Freguesia, designadamente da higiene urbana, tinham sido uma fonte principal das atenções e das preocupações da Junta. -----

----- Havia duas atitudes, ou não havia as condições ideais e não faziam nada, ou não havendo as condições ideais faziam o que tinham de fazer mas não abdicando que houvesse melhores condições no futuro. -----

----- Certamente que todos lhe fariam a justiça de, independentemente dos alinhamentos partidários que todos tinham e certamente também tinha, era rigoroso na defesa dos interesses da Freguesia e quando tinha que se opor, criticar e defender o território mesmo contra os seus camaradas, assim o fazia como sempre fizera. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que o Senhor Presidente não tinha respondido se os caixotes e estruturas montadas no bairro seriam limpas pela Junta no âmbito desse protocolo ou se era só para as ilhas dos ecopontos. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que não estava incluído nesse protocolo. No entanto, podia dar a garantia que no dia em que a Câmara começasse a falhar a Junta iria acudir a essa situação na medida das suas possibilidades, mas não estavam incluídas e os monos também não estavam. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação **Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, no âmbito de Espaço Público e Equipamentos Urbanos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, BE, PSD e CDS-PP) e dois votos contra (PCP e PEV). -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 3 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, para promover o Desenvolvimento de Programas Específicos;** -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que gostariam de ouvir o Executivo sobre esses programas, porque já tinham ido à Assembleia propostas para protocolos nalguns desses âmbitos. Por exemplo gostaria que o Executivo falasse sobre o que era o “Bairro 100% Seguro”. -----

----- Em relação à “Escola 100% Segura”, nesse dia tinham ido visitar a Escola Maria Barroso e uma coisa que deram conta era de que à volta não havia sinalética. Perguntou se esse programa iria tratar da sinalética das passadeiras e sinalética a anunciar a escola, como fora preocupação da Associação de Pais e do responsável pela escola. Gostava que a Junta esclarecesse sobre isso. -----

----- Cada programa tinha uma verba alocada. Era tudo muito genérico mas gostaria que o Executivo falasse mais sobre o que pretendia com esses programas, porque apesar de tudo não era assim tão pouco dinheiro para cada programa. -----

----- Havia um que não tinha verba, “projetos especiais”. Enquanto que no anexo 1 apareciam as verbas à frente, depois no quadro, nas intervenções e iniciativas no âmbito das competências, aparecia um que não tinha nada, “requalificação do equipamento do espaço público”. Perguntou o que era isso. Os “projetos especiais” estavam na mesma. -----

----- Nos direitos sociais a Junta falava na Universidade Sénior e a “Mesa dos Afetos” na área geográfica da Freguesia. Perguntou se isso queria dizer que a “Mesa dos Afetos” iria correr a Freguesia toda. -----

----- Era bom terem mais informação sobre cada programa, onde ia intervir, qual o objetivo, porque estavam ali alocadas verbas consideráveis. Por exemplo a Universidade Sénior, tinham aprovado o Orçamento com verbas para a área dos seniores. -----

----- Essencialmente gostaria que falassem sobre tudo isso. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que onde não havia nada era porque a verba que iriam receber não se aplicava a essas áreas específicas. Não haveria verba para requalificação de equipamento em espaço público. -----

----- Em relação aos “projetos especiais”, a Junta tinha pedido cerca de 3900 mil euros para projetos especiais e a Câmara dizia que queria conversar sobre isso. Estava à espera que marcassem uma reunião. -----

----- Nos “projetos especiais” estava por exemplo a reabilitação da Rua da Costa do Castelo, ou a reabilitação da Rua da Regueira. Estavam várias coisas que queriam reabilitar mas precisavam de verba da Câmara para poder fazer essas intervenções. Estava à espera de uma reunião com a Câmara para acertarem os 3900 mil euros pedidos, saber o que davam, sendo certo que já avisara a Câmara que quanto mais tarde pior seria. -----

----- Tinham que ter um plano de ação para essa sobras que fosse exequível e algumas eram de dificuldade igual ou superior àquilo que fizeram na Rua dos Remédios. Em jeito de desabafo também podia dizer que não estava satisfeito com o protelar da Câmara em relação aos “projetos especiais”. -----

----- Em relação àquilo que já estava consignado, “Bairro 100% Seguro”, era intervir de uma forma metódica na calçada para evitar que continuasse a ser na maior parte da Freguesia uma armadilha mortal ou quase irreversível em termos de saúde, sobretudo para a população idosa. -----

----- Havia dois projetos em equação, um deles era “esquinas da Freguesia” e estavam a ver, em função da verba, onde ela poderia ser melhor aplicada, mas era para essa área.

----- Relativamente à “Escola 100% Segura”, era implementar medidas de acalmia de tráfego, segurança rodoviária, pintura de passadeiras todos os meses, propor à Câmara e executar sinalética. -----

----- Em relação à sinalética havia uma questão, não podiam pôr um primeiro sinal sem autorização da Câmara, porque tinha que ter cadastro. Quando a polícia ia autuar uma viatura, para essa contraordenação ter valor legal tinha que identificar o sinal pelo cadastro. A Junta não podia colocar um sinal sem ter atrás um cadastro, era como se não existisse. -----

----- Estava-lhe a dizer o Vogal do Executivo Ricardo Dias que sobre essa matéria já entregaram ao Senhor Vereador Manuel Grilo um conjunto de propostas em relação à Maria Barroso, sobre aquilo que era preciso fazer. -----

----- O programa “Casa Aberta” era para poderem intervir nas habitações particulares sobretudo, em pequenas obras de conservação que garantissem a segurança das pessoas no interior das suas habitações. Por exemplo, um dos pedidos mais comuns que tinham era substituir banheira por polibans, que para uma pessoa idosa era muito mais seguro do que uma banheira, ou pôr barras de apoio para as pessoas se segurarem. Todo esse tipo de intervenções já se faziam mas com essa verba podiam fazer muito mais. -----

----- Em relação aos equipamentos desportivos, infelizmente a Junta só tinha um da sua responsabilidade, o campo desportivo da Verbena, onde iam investir porque estava em muito mau estado, para o requalificar e para haver um equipamento desportivo na Freguesia ao serviço das coletividades e dos cidadãos que o quisessem utilizar. -----

----- Os direitos sociais eram para projetos já em curso ou outros que viessem a aprovar. A “Mesa dos Afetos” já servia toda a Freguesia, pessoas da Baixa, do Chiado, de Alfama. Ele tinha começado em Alfama mas já servia toda a Freguesia. Era para incrementar esses projetos ou lançar um novo. Certamente teriam uma margem de ponderação e logo de seguida, em próxima reunião, a Assembleia teria conhecimento da decisão que o Executivo viesse a tomar. -----

----- (diálogos cruzados)-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que no documento distribuído tinha como N/A, não aplicável. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** esclareceu que no “Bairro 100% Seguro” também incluíam a intervenção dos parques infantis, uma vez que vistorias recentes apontaram alguns problemas que tinham de corrigir com urgência. -----

----- **Membro Hugo Duarte (PEV)** disse que tinha uma questão decorrente da explicação dada pelo Senhor Presidente a propósito do conteúdo do “Bairro 100% Seguro” e no que se referia à intervenção de forma metódica na calçada. Gostaria de saber se essa intervenção preconizava a salvaguarda da calçada à portuguesa, fazendo os necessários trabalhos de requalificação da mesma e não a sua remoção, como tinha acontecido em diversas zonas de Lisboa. -----

----- A pretexto da melhoria da acessibilidade a calçada à portuguesa era simplesmente removida, quando estava mais do que provado que tecnicamente era possível fazer da calçada à portuguesa, desde que as peças estivessem devidamente colocadas, bem compactadas e nas zonas de declive alternado cubo de calcário com cubo de basalto bujardado, com atrito, era um tipo de revestimento perfeitamente adequado do ponto de vista da segurança para o utilizador. -----

----- Era importante que essa questão ficasse clarificada, se nas intervenções que ia fazer ao nível dos arruamentos a Junta teria como preocupação superior a manutenção e a melhoria da calçada à portuguesa. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que certamente o Membro Hugo Duarte percorria o território e teria reparado que já se fizeram várias intervenções no espaço público e respeitando sempre a calçada à portuguesa. -----

----- Não era intenção remover a calçada à portuguesa, mas também não era intenção, a pretexto da eventual pureza da calçada à portuguesa, fechar os olhos a contínuos acidentes sobretudo com pessoas de idade que escorregavam e caíam na calçada à portuguesa. --

----- Nas esquinas tinham usado a pedra também portuguesa, a pedra negra, que não era escorregadia e continha as pessoas. A Câmara estava a implementar o plano de mobilidade que tinha nas esquinas, um outro tipo de pedra que já tivera oportunidade de verificar, que dava outra segurança em relação à própria pedra negra que punham, porque essa também se gastava. -----

----- Dava a garantia que a calçada à portuguesa era para continuar. Sobre as esquinas estavam ainda a refletir se continuariam a optar pela pedra negra ou se porventura iriam introduzir o sistema das esquinas naquela pedra que segurava mesmo os pés das pessoas.

----- Uma coisa podia garantir, era que já tinha morrido gente a cair na calçada à portuguesa. Uma senhora de idade caía, partia o colo do fémur e em regra nunca mais se levantava. -----

----- Tinham que se confrontar com esse tipo de situações para perceber qual o dever enquanto autarcas. Conciliar até onde fosse possível mas depois tomar as medidas que

eram essenciais para defender as pessoas. Contudo, a calçada à portuguesa fazia parte do *ex-libris* e não passava pela cabeça retirar a calçada à portuguesa de lado nenhum. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação **Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, para promover o Desenvolvimento de Programas Específicos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 4 – Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, para promover a manutenção e regeneração do Pátio Dom Fradique;** -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que a proposta nem tinha condições para a estarem a discutir. Faltavam os anexos todos. Era de Lei a Junta enviar para a Assembleia poder discutir e aprovar em consciência. Portanto, nem sequer deviam discutir a proposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que tinha uma interpretação para os quatro pontos. Juridicamente não podiam fazer a incorporação de novas verbas no Orçamento da Junta de Freguesia sem ser em sede de revisão orçamental. Estavam a seguir um procedimento que era, antes da celebração com o Município, irem ali os termos gerais com os montantes e com as informações possíveis.-----

----- Haveria um momento que em sede de primeira ou segunda revisão orçamental teria que ir a reafetação e a incorporação desses valores de mais de dois milhões de euros. Pedia ao Executivo que nesse momento não só mencionasse na Informação Escrita, como também fizesse a junção para que se vissem os termos finais de tudo.-----

----- As minutas que viam ali aprovadas foram por alguém que atualmente não era Vereador no Município de Lisboa mas quando levava à reunião de Câmara as matérias estava em exercício pleno de funções, o ex Vice-Presidente Duarte Cordeiro. -----

----- A forma de ultrapassar a questão seria fazerem uma aprovação genérica, aprovar o protocolo de forma a ser incorporado na revisão orçamental. Autorizavam o Senhor Presidente e o Executivo a rubricar o protocolo de delegação de competências com o Município. No dia em que fosse realizada a revisão orçamental tinham que votar esse ponto previamente, de forma a haver legitimidade para eles estarem incorporados no documento de revisão orçamental.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** referiu que, pela informação que tinha, nalguns nem chegaram os anexos. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o montante nem tinha expressão. Depois de terem aprovado mais de dois milhões de euros em protocolos estavam ali por meia dúzia de moedas.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o anexo, nesse caso concreto, quanto muito era para dizer como os trabalhadores da Junta deviam abrir um buraco, assim coisas técnicas específicas.-----

----- Precisavam dessa autorização para poder celebrar os contratos e poder receber os meios rapidamente. Na próxima Assembleia de Freguesia, que seria ordinária, dariam toda a informação complementar que tivesse chegado.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, verificando que todos aceitavam votar, submeteu à votação **Autorizar a celebração, com o Município de Lisboa, de um Contrato de Delegação de Competências, para promover a manutenção e**

regeneração do Pátio Dom Fradique, tendo Assembleia deliberado **aprovar por maioria**, com 11 votos a favor (PS, BE, PSD e CDS-PP) e 2 abstenções (PCP e PEV).

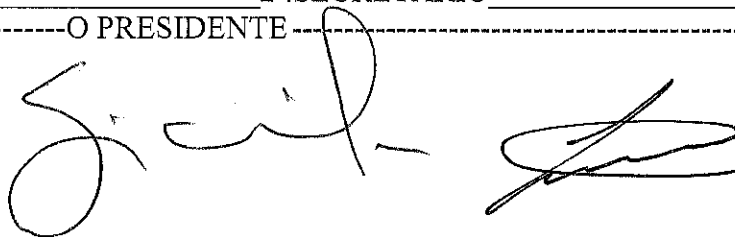
----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta** relativa à deliberação acabada de tomar, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Concluída que estava a ordem de trabalhos, deu por encerrada a reunião, eram dezoito horas e cinquenta minutos.-----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____
-----O PRESIDENTE-----

m/lozo

The image shows two handwritten signatures in black ink. The first signature is on the left, and the second is on the right. They are positioned below the lines for the 1st and 2nd Secretaries and the President.